

## OFÍCIO Nº 129/2022/ MESQUITAPREV

Mesquita, 15 de maio de 2022.

**ASSUNTO** : RESPOSTA AO OFÍCIO PRS/SSE/CGC 5696/2022  
**REF.** : PROCESSO TCE/RJ 242.747-9/2019

Exmo. Sr. Conselheiro,

Em atendimento ao ofício PRS/SSE/CGC 5696/2022, este Instituto de Previdência informa que recebeu tempestivamente as informações pertinentes para apresentação de **Razões de Defesa** e passa a expor:

A troca de servidores, ocorrida de modo abrupto e inesperado neste Instituto de Previdência, a Gestora signatária não teve ciência em tempo hábil para atender as Determinações da Egrégia Corte.

Nesta diapasão esclarece que no Ano de 2020, quando foi dada ciência aos responsáveis acerca do prazo para cumprimento das pendências apontadas por este Tribunal, a Diretora de Contabilidade, Sra. Renata Reis Alves e o Gestor Leandro Machado, ambos quedaram-se inertes.

Em uma segunda oportunidade, a Diretora de Contabilidade acostou o narrado às fls 63/76, entretanto, ateve-se a dissertar sobre atos que, segundo ela, supostamente foram negligenciados por servidor anterior, sem efetivamente cumprir seu dever de apurar e sanear os apontamentos feitos pelo TCE-RJ.

A atual diretora assumiu a Gestão deste Instituto em 20 de janeiro de 2021 e se deparou com inúmeras pendências administrativas e de rotina a serem regularizadas, inclusive junto à Egrégia Corte.

Fato é que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita funciona no 3º andar, do Prédio do Fórum deste município, em espaço cedido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando submetido às regras impostas pelo Tribunal para o trânsito de pessoas no local, dada a Pandemia de COVID-2019.

Assim, o ano de 2021 os servidores do Instituto foram submetidos a trabalho híbrido, com redução e rodízio, inclusive de servidores presentes no



Estado Do Rio De Janeiro  
Prefeitura Municipal De Mesquita  
**MESQUITAPREV**  
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do  
Município de Mesquita

local de trabalho, por determinação da Direção do Fórum – Tribunal de Justiça, o que dificultou diligências com maior afinco para elucidar as pendências objeto do presente, inclusive.

Não pretende com isto, driblar o cumprimento de obrigações e prazos, mas demonstrar a dificuldade em atendê-los adequadamente, somado ao fato de estar iniciando na Gestão do Instituto em meio a tantas restrições.

Não bastassem os desafios decorrentes de estar assumindo a Gestão pós Exercício 2020, auge da Pandemia, ao constatar que a Diretora de Contabilidade, Sra. Renata Reis Alves, não estava atendendo ao regular e bom funcionamento da rotina do Instituto, procedeu à sua exoneração do cargo e somente em outubro de 2021, o servidor Eliel Fernandes da Silva assumiu a responsabilidade pelo setor contábil, conforme comprovam documentos anexos.

Compulsando o Ofício supracitado, onde se alega que o mesmo foi enviado à signatária, em 17 de dezembro de 2021, data de recesso forense e, considerando que exercemos nossa atividade dentro do Fórum do município, conforme narrado acima, restou impossibilitado que os processos pertinentes ao Ofício fossem consultados para a devida resposta no prazo legal.

Fato é que a troca de Contadores no Instituto, somado às restrições de acesso ao local de trabalho comprometeram seu regular funcionamento e não estou aqui fazendo apologia ao descumprimento de normas, mesmo porque tenho a convicção de que nenhuma norma deixou de ser cumprida por mera liberalidade, mas sim invocando os Princípios da Razoabilidade, Segregação de Funções e Supremacia do Interesse Público sobre o Particular.

Ressalta-se, outrossim, que o município de Mesquita foi devastado por fortes chuvas neste Ano corrente, fato notório publicado pela mídia, causando enormes prejuízos, desabrigados e óbito de munícipe. Estimou-se perdas em torno de 7 milhões (sete milhões) de reais, entre moveis, computadores e outros, o que também paralisou a rotina de trabalho, haja vista que o TI que atende também a este Instituto ficou submerso, logo, inoperante. Foram dias difíceis, sem computador, internet e sistema operacional de trabalho.

Devido ao cenário caótico, foi decretado estado de emergência no município, conforme comprova Diário Oficial anexo.

Sendo assim, esclarecidas as inúmeras impossibilidades de Resposta anteriormente ao TCE-RJ por esta signatária, com a finalidade de elidir eventual revelia e com o escopo de atender a Determinação, em razão da vinculação de ações apontadas no processo supracitado, tem-se o que segue:

Informo que em relação aos DOCUMENTOS mencionados:

- Item 1: encontram-se nas fls. 79/87.
- Item 2: Considerando que os “Ajustes de Exercícios Anteriores” se relacionam diretamente com valores lançados em exercícios anteriores. Contudo, a Contadora apontou mas não corroborou sua assertiva. Desta maneira, compromete-se a atual gestão a tomar providencias saneadoras para equalizar tais inconsistências.
- Item 3: no Demonstrativo dos Investimentos apresentado, conforme fls. 73/74, onde alega erros nos lançamentos das Receitas e Despesas, porém não evidencia-se o quadro Modelo 11 no processo em pauta, nem tampouco sua correção de forma consolidada em balanço financeiro, conforme deveria ter feito a servidora que faz tal assertiva.
- Itens 4, Item 5: Informação não enviada.
- Item 6: Informação nota 2.

Em relação aos ESCLARECIMENTOS:

Referente as inconsistências Contábeis encontradas na Prestação de Contas de 2018, informo que todas as medidas para que seja sanada tais divergências estão sendo tomadas para que possa haver consistências nos valores informados, como também, na veracidade das informações emitidas considerando que a Servidora Renata Reis Alves e Leandro Machado Ferreira não se encontram mais no Quadro do Instituto de Previdência dos servidores Públicos do Município de Mesquita – Mesquitaprev, somado ao fato de que todos os apontamentos feitos em suas Notas, a Diretora de contabilidade da época, Sra Renata Reis Alves, não acosta qualquer documento que corrobore com seus apontamentos.

No tocante aos Pontos de Controle sem regularidade apontado pela Servidora responsável pela contabilidade em Nota Explicativa (itens F, G e H), de fato o Mesquitaprev obteve seus primeiros ITENS PATRIMONIAIS em 2019 e o controle era executado pelos servidores que atuavam no Instituto neste período.

Neste sentido, cumpre-me informar que todo o controle referente ao Patrimônio foi regularizado posteriormente, através do Processo nº 02/1603/2021.

Quanto ao item (I), atualmente estamos em processo de regularização de pendências nas Prestações de Contas da Autarquia para cumprir todas as divergências contábeis de Exercícios anteriores e, para consolidar as informações apuradas, foram abertos os processos administrativos nº 05/5786/22 (inconsistências PCA Exercício 2018) e nº 05/4995/22 (inconsistências PCA Exercício 2017).

Destarte, estamos empenhados em regularizar todas as inconsistências até então apontadas, com vistas a manter o equilíbrio financeiro da Autarquia, de modo que as inconsistências apontadas e não corrigidas anteriores a 2021 estão sendo identificadas e sanadas, inclusive as executadas pelos Servidores supracitados.

Por derradeiro, prestados os esclarecimentos acima e certo da compreensão de que tratam-se de demandas que requerem tempo para serem averiguadas e, considerando a troca abrupta de servidores e gestores acima narrada, o que também dificultou o saneamento no prazo legal, coloco-me a disposição para dar continuidade ao processo de regularização das inconsistências identificadas pela Egrégia Corte, solicitando dilação de prazo para este fim e afastando quaisquer penalidade por não responde-las anteriormente, dadas as justificativas acima.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**CÁTIA DA SILVA FERRAZ**  
Diretora Presidente